

EIXO TEMÁTICO 6 | EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

OS 70 ANOS DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFMA: formação acadêmico-profissional crítica do assistente social como construção histórica

THE 70 YEARS OF THE UFMA SOCIAL SERVICE COURSE: critical professional academic training in social work as a historical construction

Cristiana Costa Lima¹

Giovanna Nínnive Macedo Brito²

Maryana Carvalho Melo do Prado³

Sofia Ericeira Rodrigues⁴

RESUMO

A criação do Curso de Serviço Social da UFMA por meio da ação da Igreja Católica e seu processo histórico de constituição. Busca resgatar a contribuição do curso para a construção de um Serviço Social alternativo no Maranhão e no Brasil. Enfatiza o avanço do capitalismo monopolista no estado do Maranhão, os desafios econômicos relacionados à predominância de grandes empreendimentos, a concentração de riqueza e as estratégias do Estado para controlar a classe trabalhadora como elementos que influenciam a profissão. Analisa a participação do “grupo do Maranhão” no debate nacional sobre a reformulação dos currículos e sua contribuição para o Projeto Ético-Político Profissional e as Diretrizes Curriculares de 1996. Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-chave: Serviço Social; Formação Profissional; UFMA.

ABSTRACT

The creation of the UFMA Social Work Course through the action of the Catholic Church and its historical process of constitution. It seeks to rescue the course's contribution to the construction of an alternative Social Service in Maranhão and Brazil. It emphasizes the advancement of monopoly capitalism in the state of Maranhão, the economic

¹ Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Docente do curso de Serviço Social. E-mail: cristiana.lima@ufma.br

² Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Graduanda do curso de Serviço Social. E-mail: giovanna.brito@discente.ufma.br

³ Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Graduanda do curso de Serviço Social. E-mail: maryana.prado@discente.ufma.br

⁴ Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Graduanda do curso de Serviço Social. E-mail: sofia.er@discente.ufma.br

challenges related to the predominance of large enterprises, the concentration of wealth and the State's strategies to control the working class as elements that influence the profession. It analyzes the participation of the "Maranhão group" in the national debate on the curriculum reform and its contribution to the Professional Ethical-Political Project and the Curricular Guidelines of 1996. This is bibliographic and documentary research.

Keywords: Social Work; Professional qualification; UFMA

1 INTRODUÇÃO

O processo de implantação do Serviço Social na realidade maranhense, embora apresente suas especificidades, está ligado ao movimento geral do desenvolvimento da profissão no Brasil. Nesse sentido, sua emergência está intimamente vinculada ao avanço do capitalismo monopolista no estado e à agudização da questão social e às conseqüentes estratégias adotadas pelo Estado para controlar a classe trabalhadora.

O Maranhão está localizado na região Nordeste do Brasil, fazendo divisa com os estados do Pará, Tocantins, Piauí, além de ser banhado pelo Oceano Atlântico em sua costa norte, localização geográfica estratégica que o torna um ponto de conexão com os principais portos do mundo. Dessa forma, possui vasta extensão territorial e recursos naturais diversos, incluindo riquezas minerais e agrícolas.

O estado enfrenta desafios relacionados a uma economia de enclave, no qual determinados setores econômicos concentram a maior parte dos investimentos e recursos, deixando outras áreas e segmentos da economia subdesenvolvidos. Um exemplo disso é a predominância de grandes empreendimentos, como a indústria de mineração e a produção de alumínio, a monocultura da soja e produção de carvão, a partir do "reflorestamento" de eucalipto, que operam como enclaves econômicos, concentrando riqueza, enquanto outras atividades econômicas locais permanecem subdesenvolvidas.

Ao longo de sua trajetória, o Maranhão carrega consigo uma série de contradições e conflitos que impactam diretamente as condições de vida dos setores subalternizados da população. Esses desafios são profundamente influenciados pela estrutura social do estado, que é marcada pela presença de uma elite oligárquica e latifundiária, cujo poder muitas vezes se traduz em formas de opressão.

Diante das contradições, conflitos e desigualdades presentes na formação social maranhense, o Serviço Social emerge como uma ferramenta fundamental para atuar na

promoção do “bem-estar social” a partir da ação da Igreja Católica. O texto presente tem como objetivo resgatar historicamente a formação acadêmico-profissional do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA, por meio de pesquisa bibliográfica e documental realizada no Centro Documentação e Lutas Sociais do Curso de Serviço social (CDLUSS/UFMA), no marco dos seus 71 anos de existência. Ao longo dessa trajetória, o curso tem desempenhado um papel fundamental na capacitação de assistentes sociais, proporcionando uma formação sólida e crítica fruto do Movimento de Reconceituação desencadeado na América Latina nos anos de 1960. Essa história é marcada por conquistas, desafios e transformações, refletindo o compromisso do Curso em oferecer uma educação de qualidade e atento às demandas sociais e profissionais da área.

Assim, o artigo está organizado em dois movimentos analíticos em que abordamos o Serviço Social no Maranhão, destacando seu surgimento e expansão, com ênfase na vertente conservadora. Analisamos a participação do chamado “grupo do Maranhão” no debate nacional acerca da reformulação dos currículos que atendessem às novas demandas postas à profissão. E, ainda, a contribuição maranhense na consolidação do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social e a construção das Diretrizes Curriculares de 1996.

2. GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL NO MARANHÃO: CONTEXTO HISTÓRICO, DESENVOLVIMENTO E DESAFIOS

O processo de implantação do Serviço Social no Maranhão segue padrões semelhantes ao restante do país, mas, com particularidades devido à formação sociocultural da população e ao isolamento geográfico do estado. Silva (1995) observa que a economia maranhense transitou de um modelo agromercantil para uma economia industrial têxtil, transformando profundamente as relações sociais de produção.

Durante o declínio do Estado Novo, o processo industrial no Maranhão enfrentou desafios devido à concorrência das indústrias do centro-sul, resultando na falência das empresas locais, em um aumento considerável do desemprego e no crescimento da desigualdade social.

Diante desse panorama, tornou-se imperativo adotar medidas e políticas direcionadas tanto à população urbana quanto à rural, com o objetivo de atenuar as manifestações da questão social. Contudo, a realidade política no Maranhão encontrava-se subjugada pelas oligarquias conservadoras, o que representava um obstáculo significativo à execução em larga escala de iniciativas sociais que se destacaram em outras regiões do país.

No período histórico em questão, o surgimento do Serviço Social foi uma resposta às necessidades sociais emergentes, concentrando-se em atividades filantrópicas com o intuito de lidar com os problemas e preservar a estabilidade da sociedade. No Maranhão, a profissão emergiu sob a orientação do Estado e se consolidou por meio da Igreja Católica, na década de 1950, a qual possui papel de destaque na formação da/o assistente social maranhense. As primeiras escolas de Serviço Social no país, e também no Maranhão, foram fundadas pela Igreja Católica, baseando-se em princípios humanitários e filantrópicos, influenciadas pela Doutrina Social da Igreja e pela assistência pública do Estado. Esse período também marcou uma formação técnica influenciada pelo modelo europeu Franco-Belga, e o Serviço Social era considerado uma vocação que exigia valores morais e doutrinários (Silva, 1995).

A Legião Brasileira de Assistência (LBA) chegou ao Maranhão, na década de 1940, inicialmente focando nas famílias dos expedicionários. Em 1949, estabeleceu o Curso de Auxiliar Social, contribuindo para o desenvolvimento da ação social na região. A partir de 1950, a Igreja intensificou sua ação no campo social com uma operação de “vigilância” das atividades incompatíveis com o “espírito cristão”. “A Ação Social Arquidiocesana foi criada como organismo para desenvolver esse trabalho da Igreja, cujo objetivo era prestar assistência material e espiritual aos bairros pobres de São Luís” (Silva, 1995, p. 63).

Em 1952, a chegada do Arcebispo Dom José Delgado fortaleceu ainda mais o papel da Igreja no contexto social ludovicense, sendo fundada, em 1953, a Escola Maranhense de Serviço Social, por meio da Sociedade Feminina de Instrução e Caridade – Instituto das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado. O Curso de Serviço Social do Maranhão obteve o reconhecimento do governo federal apenas em 1956, por meio do Decreto nº 39.082, de 30 de abril de 1956⁵.

O Serviço Social no Maranhão passou por um processo de expansão nos anos de 1960 e 1970, após a eleição de José Sarney, cujo governo foi marcado pelo lema “Maranhão Novo”, com o ideal de modernização conservadora e desenvolvimento. De acordo com Silva (1995, p. 66):

O Maranhão passou a viver uma política de massa, que não vivera antes e, contraditoriamente, tinha sido interrompida, a nível nacional pelo Golpe Militar. Sarney se volta para a tarefa de integração da sociedade maranhense no contexto político e social da época, propondo-se a corrigir, sanear e mudar a realidade política, econômica e social do Maranhão, adotando a política de modernização.

⁵ A Escola de Assistência Social é criada por ação do Governo do Estado e dos grupos empresariais presentes na região, como estratégia de controle sobre a força de trabalho. Não logrou, contudo, consolidar-se como curso superior sendo, em 1953, integrada à escola criada pela ação da Igreja, donde emerge, oficialmente, a Escola de Serviço Social do Maranhão.

Durante o período de 1966 a 1970, a assistente social Myrtes Haikel Fonseca destacou-se no Maranhão, influenciando a criação da FEBESMA (Fundação do Bem Estar Social do Maranhão), que visava integrar o homem ao desenvolvimento mediante atividades comunitárias. Sob sua liderança, além da categoria ter participação ativa em projetos sociais, como de remoção de favelas, foi reintroduzido o Serviço Social Escolar. Também ocorreram transferências populacionais para a construção da Hidrelétrica de Boa Esperança, com assistentes sociais supervisionados por Hebe Gonçalves. Segundo Silva (2023, p. 771), esse período marcou uma transição em que a/o assistente social deixou de ser visto apenas como:

[...] agente de caridade e de assistência [e] foi transformado em agente de mudança: sujeito importante no processo de desenvolvimento. Orientado pela ideologia desenvolvimentista, fundamentada na teoria da modernização, assume no seu discurso e na prática o papel de intelectual orgânico da classe dominante.

Em 1967, a Faculdade de Serviço Social se juntou à Fundação Universidade do Maranhão, momento em que se iniciou um esforço para o desenvolvimento de reformulação curricular. Neste período, houve uma mudança do foco na formação doutrinária e religiosa para uma ênfase em desenvolver habilidades profissionais técnicas, com o objetivo de promover a pesquisa científica no âmbito do Serviço Social (Silva, 1995).

Nesse contexto, assim como nos outros estados brasileiros, houve um acirramento da questão social no Maranhão, com consequências severas para as classes subalternas tanto nas áreas urbanas quanto rurais. Esse cenário, influenciado pela fase de “abertura” da Ditadura Militar, viu um ressurgimento, embora limitado, das lutas populares com rebatimento no Serviço Social como profissão, como veremos a seguir.

2.1 Consolidação e renovação do Serviço Social maranhense a partir da década de 1970

A partir da década de 1970, o Serviço Social no Maranhão testemunhou um período de significativa consolidação e renovação. Esse período foi marcado por mudanças socioeconômicas, políticas e culturais profundas que influenciaram diretamente a prática e o desenvolvimento da profissão no estado.

Um dos aspectos cruciais desse processo foi o surgimento de um movimento de renovação teórica e prática dentro das universidades, com destaque na Universidade Federal

do Maranhão (UFMA). Sob a influência de uma perspectiva crítica e dialética, os docentes do curso de Serviço Social se engajaram em debates intensos sobre as bases teóricas e metodológicas da profissão. Esses debates não apenas levaram a uma análise mais aprofundada da realidade social, mas também inspiraram novas formas de intervenção e prática profissional.

Nesse mesmo contexto, é relevante ressaltar o crescimento e fortalecimento do movimento estudantil, especialmente no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão (CARDOSO *et al.*, 2021). Esses processos ocorrem em meio à efervescência da mobilização dos trabalhadores e das lutas sociais populares, juntamente com outras forças progressistas no país, na busca pela democratização da sociedade durante a crise da Ditadura Civil-Militar. No Maranhão, em particular, esse movimento se intensifica diante da crescente mobilização e reorganização das forças de oposição, em resposta ao agravamento da questão social, exacerbados pelas mudanças econômico-sociais decorrentes da implantação do “Programa Grande Carajás” no final dos anos 1970, o qual reincorpora o Maranhão, de forma subalterna, à rota da expansão do grande capital transnacional.

Houve o alastramento dos conflitos agrários, decorrente da expulsão de pequenos produtores de seus territórios, da concentração e grilagem de terras e uma urbanização não planejada, marcada pelo crescimento desenfreado de aglomerados em áreas periféricas. Logo, o período no estado foi caracterizado pela exacerbação da pobreza (Brandão, 2007).

Segundo Pereira *et al.* (2008), diante desse cenário, o Serviço Social do Maranhão colocou-se com afinco na construção de uma proposta alternativa de profissão, em nível estadual e nacional. A contar dos anos 1980, o corpo docente do Curso de Serviço Social da UFMA executou ações focalizadas nos pilares da organização política (com o movimento sindical; a rearticulação do movimento estudantil; a militância político-partidária; e a ocupação de cargos de chefia nas entidades da categoria) e, principalmente, da formação profissional:

[...] o processo de redefinição do Serviço Social na direção da ruptura ocorre, em âmbito local, num intenso processo de envolvimento e participação [...] do Curso de Serviço Social do Maranhão, referenciando-se nas exigências da realidade local e na realidade brasileira. **Nessa dinâmica, a centralidade está em desenvolver uma proposta de formação profissional que contribuísse para incorporação, pelos profissionais, de uma atitude crítica frente à sociedade e aos setores dominantes** (Pereira *et al.*, 2008, p. 19-20, grifo nosso).

Dessa maneira, cabe destacar que a presença do Serviço Social no âmbito universitário, como ressaltado por Netto (2025), foi um dos fatores de maior significância para o processo de

renovação da profissão. Isso não foi diferente no Maranhão. Várias docentes deslocaram-se para a PUC/RJ para realizar seus mestrados, sob a orientação da professora Miriam Limoeiro Cardoso, com base em um referencial crítico marxista. Isso possibilitou um avanço em termos de pesquisas (muitas articuladas com outros departamentos e instituições), além das experiências de extensão universitária empreendidas desde o final dos anos 1970, com projetos tanto na zona rural quanto em áreas urbanas. Destacam-se o “Trabalho junto ao Pescador Artesanal da Ilha de São Luís”, o PROMORAR e o Projeto da Vila Embratel. Estes, aliás, foram campos de estágio supervisionado (Brandão, 2007; Pereira *et al.*, 2008).

Destacamos a iniciativa de educação popular promovida pelo Departamento de Serviço Social (DESES) da UFMA por meio do projeto de Trabalho junto ao Pescador Artesanal de São Luís, em 1979. Esse projeto, similar à proposta desenvolvida por Leila Lima, em Minas Gerais, representa uma abordagem que engloba tanto a formação quanto a prática na concepção de um projeto profissional radicalmente novo, fundamentado teórica e metodologicamente nas ideias do pensador marxista italiano Antonio Gramsci.

Nessa perspectiva, embora ainda apresente algumas fragilidades, o projeto junto ao pescador artesanal indica uma análise mais sólida e qualificada da teoria social crítica e do método dialético. Além disso, o “grupo do Maranhão” – em sua maioria influenciado pelo pensamento de Gramsci – desempenhou um papel de destaque no Movimento de Reconceituação da profissão no Brasil, especialmente entre o final dos anos 1970 e a década de 1980. Elas ocuparam posições importantes em entidades políticas da categoria e lideraram debates centrais que contribuíram para o amadurecimento intelectual e ético-político do Serviço Social brasileiro, como bem destaca Silva:

[...] o chamado grupo do Maranhão articula professores e estudantes numa luta nacional na perspectiva de conquista da hegemonia da orientação profissional nos espaços de representação da categoria, dando-se destaque à sua participação na Convenção da ABESS de 1979 que aprovou o currículo mínimo e no conhecido “Congresso da Virada”, no mesmo ano (SILVA *et al.*, 2008, p. 18).

Diante disso, é importante destacar que o trabalho realizado junto ao pescador artesanal de São Luís – e, por conseguinte, a escolha de sua orientação teórica – é resultado das reflexões teóricas lideradas por Franci Gomes Cardoso, Marina Maciel Abreu, Josefa Batista Lopes, Maria Aparecida Fernandes, Évila Brito Ribeiro e, posteriormente, Alba Maria Pinho de Carvalho, no Curso de Serviço Social da UFMA.

O desdobramento desse debate levou o grupo de docentes da UFMA a considerar novas questões relacionadas à prática profissional principalmente no que se refere ao debate teórico em torno do método marxiano e a intervenção profissional do Serviço Social. Nesse sentido, o objetivo era, por meio do método crítico-dialético, desenvolver estratégias para superar o pragmatismo e o praticismo que historicamente caracterizavam as ações profissionais. No ano de 1979, a professora Josefa Batista Lopes assume a presidência da ABESS (Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social), desempenhando um papel central no processo de revisão curricular para os cursos de Serviço Social, em 1982.

Nas décadas de 1980 e 1990, o Serviço Social brasileiro desenvolveu sua maturidade profissional, traduzida de maneira concreta na elaboração da reforma curricular de 1979/1982, do Código de Ética de 1986, posteriormente revisado em 1993, e da regulamentação da profissão pela Lei nº 8.662/93. Esses instrumentos resultaram da incorporação definitiva da teoria social crítica de Marx como matriz teórico-metodológica hegemônica da categoria; algo consubstanciado na tese produzida por Marilda Villela Iamamoto (contida em obra publicada em 1982), que identificou o trabalho da/o assistente social como participante dos processos de organização e reprodução das relações sociais no contexto capitalista (Yazbek, 2009).

Tal concepção de Iamamoto marcou um momento de aprofundamento da produção de conhecimento pelos profissionais da área. Houve, entre os anos de 1980 e 1990, uma ebulição de publicações sob a intensa influência de Marx e autores de tradição marxista, como Antonio Gramsci e György Lukács (Yazbek, 2009). Isso, segundo destaca Pontes (2023, p. 95), tornou “[...] mais exigente tanto o ensino e a pesquisa na profissão, quanto o exercício profissional na prática socioinstitucional”. A apropriação do marxismo de forma sólida também deu aportes à categoria para a sua organização política e empenho na luta sindical (Abramides, 2016). Assim, foi constituída neste recorte temporal a direção social da profissão, que rompe com o conservadorismo e se vincula à perspectiva da emancipação humana, consolidada no Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social.

Cabe recordar que, nesse ínterim entre 1980 e 1990, o Brasil foi palco para o declínio da Ditadura Militar (encerrada em 1985) e a redemocratização; a efervescência dos movimentos sociais opositoristas; uma forte crise inflacionária (que causou o agravamento e o surgimento de novas expressões da questão social); bem como o paradoxo entre a conquista de direitos sociais pela promulgação da Constituição Federal de 1988 e o baixo investimento nas políticas sociais em consequência da ofensiva neoliberal, que se instaurou no governo de Fernando

Collor de Mello e foi reiterada no governo de Fernando Henrique Cardoso mediante as contrarreformas, privatizações e ajustes fiscais (Brandão, 2007; Abramides, 2016).

É esse o contexto da década de 1990 que marcou substancialmente a formação profissional de assistentes sociais no Brasil com a aprovação, pela ABESS, das Diretrizes Curriculares (DCs) para o Curso de Serviço Social no país. Tais Diretrizes firmam o processo de maturação da profissão iniciado na década anterior, resultante de debates intensos no seio da categoria, engajada nas esferas acadêmico-científica e político-organizativa, através de suas entidades e fóruns deliberativos (Lewgoy; Maciel, 2016).

A elaboração desse projeto curricular e sua implementação nas Unidades de Formação Acadêmica (UFAs), ajustaram-se à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), promulgada no mesmo ano, durante o governo FHC. Essa legislação representou “ruptura” significativa no planejamento do ensino superior, incluindo elementos como a autonomia universitária, o fim dos currículos mínimos e a adoção da modalidade de ensino a distância – repercussões da flexibilização prevista na contrarreforma da educação (Abramides, 2016; Lewgoy; Maciel, 2016).

Guiada pelo lastro das profícuas reflexões desenvolvidas na década anterior, a década de 1990 anuncia ao Serviço Social no Brasil a construção de um projeto acadêmico-profissional inovador e crítico “[...] com fundamentos históricos e teórico-metodológicos hauridos na tradição marxista, apoiado em valores e princípios éticos radicalmente humanistas e nas particularidades da formação histórica do país”, conforme destaca Yamamoto (2014, p. 4).

As Diretrizes Curriculares de 1996, consolidando o Projeto Ético-Político Profissional ao final da referida década, fundamentaram a categoria na luta contra os desafios postos e no enfrentamento de polêmicas ocorridas na profissão durante os primeiros anos do século XXI. O decênio de 2000 a 2010 foi cenário para movimentações de resistência contra a formação massiva de profissionais mediante os cursos EAD e semipresenciais (considerando a qualidade do ensino e o cumprimento da direção crítica); reflexões acerca da importância do estágio supervisionado, culminando com a aprovação da Resolução CFESS nº 533/2008, que regulamentou a supervisão direta de estágio na área e o fomento à programas e cursos de pós-graduação (Pereira *et al.*, 2008; Lewgoy; Maciel, 2016).

Ressalta-se a expressiva contribuição das pós-graduações como centros de excelência e repositórios do amplo espectro de produções científicas vivido no tempo em questão. Houve um *boom* de publicações sobre os mais variados eixos temáticos, tais quais fundamentos, ética

e políticas sociais. Desde os anos 1980/1990, mas especialmente dos anos 2000 em diante, o Serviço Social viu-se capacitado a empregar de forma abrangente a “arma da crítica”, como bem define Pontes (2023). É inegável o estímulo propulsor das múltiplas interpretações de viés marxista/marxiano em “pesquisas, movimentos, eventos, organizações, gestões, alianças, publicações, crítica e autocrítica etc.” (Pontes, 2023, p. 95).

Tratando-se do Maranhão, o estado seguiu como participante assíduo dessa conjuntura nacional. Do período de 1996 até 2016, o Curso de Serviço Social da UFMA se reconfigurou por meio de modificações em sua matriz curricular, estabelecendo o Currículo 20 em 1996, o Currículo 30 em 2006 e o Currículo 40 em 2016. Esse último projeto pedagógico é o que está em vigor desde então, definido por um coletivo de docentes, estudantes, supervisores técnicos de estágio e assistentes sociais do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS/MA), tendo disciplinas assentadas em treze eixos temáticos, rigorosamente baseados nas Diretrizes Curriculares de 1996.

Por fim, vale demarcar que todas essas atividades elencadas compreenderam armas de enfrentamento aos ataques decorrentes do avanço neoliberal e neoconservador que, sobretudo nos últimos vinte anos, trabalharam para padronizar a educação aos imperativos do mercado. O processo de reestruturação produtiva – expresso na realidade maranhense por grandes obras e investimentos privados que causaram a precarização do trabalho e o agravamento da questão social – lançou ao Curso de Serviço Social da UFMA o desafio de formar assistentes sociais qualificados para atender às novas demandas, sem perder de vista a direção crítica e “[...] o compromisso profissional com as lutas democráticas e emancipatórias da sociedade” (Pereira *et al.*, 2008, p. 25).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, traçou-se um amplo panorama histórico acerca da trajetória do Serviço Social no Maranhão, destacando as peculiaridades socioculturais e econômicas locais. Logo, apreende-se que desde sua implantação, a profissão enfrentou desafios distintos, influenciados pelo contexto político e pelas dinâmicas socioeconômicas do estado.

Inicialmente vinculado a iniciativas filantrópicas e assistencialistas, coordenadas pela Igreja Católica em um cenário de desenvolvimento industrial tardio e isolamento geográfico, o Serviço Social maranhense passou por transformações significativas, refletida na transformação

da formação profissional, pautada na teoria social crítica de Marx. Desde a década de 1960, com a fundação do Curso de Serviço Social da UFMA, até os anos 2000, houve mudanças na matriz curricular, o fortalecimento da pesquisa científica e da articulação política da categoria, contribuindo fortemente na construção do atual Projeto Ético-Político Profissional.

Tal combinação das esferas acadêmico-científica, político-organizativa e interventiva, foram importantíssimas para a resistência da categoria, do seu compromisso com a promoção da justiça social e da emancipação humana – diante das novas demandas e desafios impostos pela implementação de políticas neoliberais, da precarização do trabalho e da flexibilização da educação, consolidando uma perspectiva de compromisso com a classe trabalhadora.

A importância da articulação entre teoria, prática e engajamento político é ressaltada, especialmente, na presente conjuntura brasileira, ainda mais desafiadora pós-golpe de 2016 e governo Bolsonaro. Considerando o período marcado pelo desmonte das políticas sociais, por retrocessos nos direitos sociais e trabalhistas, e dessa maneira, o aumento das desigualdades sociais, o papel do assistente social comprova-se como crucial.

Com o desmantelamento educacional e tentativas de desqualificação das políticas de assistência social, é essencial que os profissionais formados estejam preparados para enfrentar os reveses contemporâneos, mantendo-se firmes em seus princípios éticos e políticos. A formação deve continuar a promover compreensão crítica da realidade social, capacitando-os a serem agentes de transformação e resistência diante das injustiças e opressões.

Nesse contexto, a formação profissional em Serviço Social no Maranhão, com sua tradição de engajamento político e compromisso com as lutas sociais, assume papel extremamente relevante na defesa dos direitos humanos e na promoção da justiça social. Os assistentes sociais formados no estado, sobretudo pela UFMA, têm o desafio de manter viva a tradição de resistência e de construir estratégias criativas e eficazes para enfrentar os ataques impostos pelo atual contexto político e social do Brasil. A história de luta e de construção do Serviço Social no Maranhão serve como inspiração e guia para os demais profissionais que enfrentam, conjuntamente, as contradições do presente e do futuro.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade**, p. 456-475, 2016.

BRANDÃO, Selma Maria Silva de Oliveira. **Serviço social e questão social no Maranhão: resgate histórico do “Trabalho junto ao Pescador Artesanal da Ilha de São Luís”**, no processo de formação profissional do Curso de Serviço Social da UFMA, Orientadora: Josefa Batista Lopes. 2007. 227 p. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2007.

CARDOSO, Franci Gomes; ABREU, Maria Maciel; LOPES, Josefa Batista; SANTANA, Raimunda Nonata; LIMA, Cristiana Costa. Formação profissional em Serviço Social no movimento da história no Maranhão. In: MOTA, Ana Elizabete; VIEIRA, Ana Cristina; AMARAL, Angela. **Serviço Social no Nordeste: das origens à renovação**. São Paulo: Cortez Editora, 2021

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, p. 608-639, 2014.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista; MACIEL, Ana Lúcia Suárez. O projeto de formação em Serviço Social: análise da sua trajetória histórica no período 1996 a 2016. **Temporalis**, v. 16, n. 32, p. 23-49, 2016.

PEREIRA, Maria Eunice Ferreira Damasceno *et al.* **O Protagonismo do Maranhão no Serviço Social Brasileiro**. 2008.

PONTES, Reinaldo Nobre. Da incidência marxista na formação profissional e produção acadêmica em Serviço Social: notas introdutórias. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, n. 52, 2023.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. *et al.* **O SERVIÇO SOCIAL NO MARANHÃO: 70 anos de história**. 2023.

_____. **Formação Profissional do Assistente Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. CFESS, ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**, Brasília-DF, 2009.